

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.971 - DF (2019/0041127-3)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
IMPETRANTE : FELIPE HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBANCHO
ADVOGADOS : CAUE FERNANDES GUEDES - SP307239
LARISSA DANIELLE DA SILVA - SP338210
WESLEY DE FREITAS FRANCO - SP403809
IMPETRADO : MINISTRO DA ECONOMIA

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por **FELIPE HENRIQUE DE OLIVEIRA BARBANCHO**, contra ato do Sr. Ministro de Estado da Economia, consubstanciado no registro profissional do Impetrante, como Técnico em Segurança do Trabalho, independentemente das informações da conclusão do curso no Sistema GDAE, até a regularização pela instituição de ensino superior, para que possa atuar profissionalmente.

Alega que com a extinção do Ministério do Trabalho, suas funções foram atribuídas à Secretaria do Trabalho e Emprego, incorporada ao Ministério da Economia.

Narra que concluiu Curso Técnico de Segurança do Trabalho, no Centro Universitário Braz Cubas, no município de Mogi das Cruzes/SP e que o curso e a instituição de ensino superior se encontram regularmente inscritos no Ministério da Educação, consoante Portaria n. 401/16.

Sustenta que para o exercício da profissão de Técnico de Segurança do Trabalho é exigido o prévio registro no Ministério do Trabalho e Emprego, conforme art. 1º da Portaria n. 206/08 do MTE.

Acrescenta que solicitou registro profissional perante a Delegacia Regional do Trabalho, mas que o pedido foi indeferido, porquanto a instituição de ensino não tinha registrado a conclusão do curso pelo Impetrante no Sistema GDAE e SISTEC.

Aponta que procurou a instituição de ensino, mas a única informação obtida é no sentido de que a situação será regularizada, contudo sem indicar um prazo para tanto.

Aduz que a Lei n. 7.41/85, que regulamenta o registro da profissão de Técnico em Segurança do Trabalho, não exige o cadastro no Sistema GDAE, não

havendo motivação legal a ensejar a bloqueio do registro profissional do Impetrante.

Discorre sobre o direito fundamental ao livre exercício da atividade profissional, nos termos do art. 5º, XIII, da Constituição da República e que, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a limitação ao exercício profissional somente ocorre quando estabelecida em lei.

Aponta que preenche os requisitos legais para ter sua inscrição como Técnico em Segurança do Trabalho devidamente deferida pela autoridade apontada como coatora.

Aponta, genericamente, a título de *periculum in mora*, os prejuízos sofridos pelo Impetrante em razão da impossibilidade do exercício profissional decorrente da ausência do registro legal.

Em relação ao *fumus boni iuris*, descreve que a presente ação mandamental tem por fundamento o direito constitucional ao exercício da profissão, bem como, o preenchimento dos requisitos legais pelo Impetrante.

Requer a concessão da liminar para "determinar a autoridade coatora a imediata expedição de registro profissional de Técnico em Segurança do Trabalho, ainda que provisório, dispensando por ora a presença de elementos de sistema de informação, para que o autor possa atuar profissionalmente até o julgamento definitivo do presente Mandado de Segurança, em razão do devido cumprimento dos requisitos legais estabelecidos e seu direito constitucional garantido" (fl. 13e).

No mérito, pretende a "concessão da segurança, com a confirmação da liminar que se espera deferida, de maneira que a autoridade coatora proceda à expedição de registro profissional de Técnico em Segurança do Trabalho, independente de informações de conclusão de curso no sistema GDAE, dispensando até regularização pela instituição da presença de tal elemento no sistema, convertendo-se a medida para o meio físico, para que o autor possa atuar profissionalmente por ser manifestamente seu direito fundamental" (fl. 14e).

O Sr. Ministro Presidente desta Corte deferiu a gratuidade da Justiça e determinou a distribuição do mandado de segurança (fl. 73e).

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 105, I, *b*, da Constituição da República, compete ao

Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.

No caso, apesar de arrolar o Sr. Ministro de Estado da Economia como autoridade coatora, o Impetrante não aponta ato concreto por ele praticado ou omissivo a ele imputável.

Ademais, cumpre salientar que, em sede de mandado de segurança, falece legitimidade passiva *ad causam* ao órgão estatal apontado como coator se este não dispuser de competência para praticar o ato reclamado, para ordenar a suspensão da deliberação questionada, ou, ainda, de autoridade para suprir a omissão indicada.

Extrai-se dos autos que a autoridade indicada como coatora não possui competência para a prática do ato supostamente lesivo ao direito do Impetrante.

A Lei n. 7.410/85, que dispõe sobre a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho, assim estabelece:

Art. 1º - O exercício da especialização de Engenheiro de Segurança do Trabalho será permitido exclusivamente:

I - ao Engenheiro ou Arquiteto, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, a ser ministrado no País, em nível de pós-graduação;

II - ao portador de certificado de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, realizado em caráter prioritário, pelo Ministério do Trabalho;

III - ao possuidor de registro de Engenheiro de Segurança do Trabalho, expedido pelo Ministério do Trabalho, até a data fixada na regulamentação desta Lei.

Parágrafo único - O curso previsto no inciso I deste artigo terá o currículo fixado pelo Conselho Federal de Educação, por proposta do Ministério do Trabalho, e seu funcionamento determinará a extinção dos cursos de que trata o inciso II, na forma da regulamentação a ser expedida.

Art. 2º - O exercício da profissão de Técnico de Segurança do Trabalho será permitido, exclusivamente:

I - ao portador de certificado de conclusão de curso de Técnico de Segurança do Trabalho, a ser ministrado no País em estabelecimentos de ensino de 2º grau;

II - ao Portador de certificado de conclusão de curso de Supervisor de Segurança do Trabalho, realizado em caráter prioritário pelo Ministério do Trabalho;

III - ao possuidor de registro de Supervisor de Segurança do Trabalho,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

expedido pelo Ministério do Trabalho, até a data fixada na regulamentação desta Lei.

Parágrafo único - O curso previsto no inciso I deste artigo terá o currículo fixado pelo Ministério da Educação, por proposta do Ministério do Trabalho, e seu funcionamento determinará a extinção dos cursos de que trata o inciso II, na forma da regulamentação a ser exercida.

Art. 3º - O exercício da atividade de Engenheiros e Arquitetos na especialização de Engenharia de Segurança do Trabalho dependerá de registro em Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, após a regulamentação desta Lei, e o de Técnico de Segurança do Trabalho, após o registro no Ministério do Trabalho.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados de sua publicação (destaques meus).

A norma regulamentar, o Decreto n. 92.530/86, determina que:

Art. 1º O exercício da especialização de Engenheiro de Segurança do Trabalho é permitido, exclusivamente:

I - ao Engenheiro ou Arquiteto, portador de certificado de conclusão de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, em nível de pós-graduação;

II - ao portador de certificado de curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, realizado em caráter prioritário, pelo Ministério do Trabalho;

III - ao possuidor de registro de Engenheiro de Segurança do Trabalho, expedido pelo Ministério do Trabalho, dentro de 180 dias da extinção do curso referido no item anterior.

Art. 2º O exercício da profissão de Técnico de Segurança do Trabalho é permitido, exclusivamente:

I - ao portador de certificado de conclusão de curso de Técnico de Segurança do Trabalho, ministrado no País em estabelecimento de ensino de 2º grau;

II - ao portador de certificado de conclusão de curso de Supervisor de Segurança do Trabalho, realizado em caráter prioritário pelo Ministério do Trabalho;

III - ao possuidor de registro de Supervisor de Segurança do Trabalho, expedido pelo Ministério do Trabalho até 180 dias da extinção do curso referido no item anterior.

Art. 3º O Ministério da Educação, dentro de 120 dias, por proposta do Ministério do Trabalho, fixará os currículos básicos do curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, e do curso de Técnico de Segurança do Trabalho, previstos no item I do artigo 1º e no item I do artigo 2º.

§ 1º O funcionamento dos cursos referidos neste artigo determinará a extinção dos cursos de que tratam o item II do artigo 1º e o item II do artigo 2º.

§ 2º Até que os cursos previstos neste artigo entrem em funcionamento, o

Ministro do Trabalho poderá autorizar, em caráter excepcional, que tenham continuidade os cursos mencionados no parágrafo precedente, os quais deverão adaptar-se aos currículos aprovados pelo Ministério da Educação.

Art. 4º As atividades dos Engenheiros e Arquitetos especializados em Engenharia de Segurança do Trabalho serão definidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, no prazo de 60 dias após a fixação dos currículos de que trata o artigo 3º pelo Ministério da Educação, ouvida a Secretaria de Segurança do Trabalho - SSMT.

Art. 5º O exercício da atividade de Engenheiros e Arquitetos na especialidade de Engenharia de Segurança do Trabalho, depende de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

Art. 6º As atividades de Técnico de Segurança do Trabalho serão definidas pelo Ministério do Trabalho, no prazo de 60 dias, após a fixação do respectivo currículo escolar pelo Ministério da Educação, na forma do artigo 3º.

Art. 7º O exercício da profissão de Técnico de Segurança do Trabalho depende de registro no Ministério do Trabalho.

Art. 8º O Ministério da Administração, em articulação com o Ministério do Trabalho, promoverá, no prazo de 90 dias a partir da vigência deste decreto, estudos para a criação de categorias funcionais e os respectivos quadros do Grupo - Engenharia e Segurança do Trabalho (destaque meu).

Já a Portaria n. 262, de 29.05.2008, do Ministério do Trabalho e Emprego assim disciplina a questão:

Art. 1º O exercício da profissão do Técnico de Segurança do Trabalho depende de prévio registro no Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 2º O registro profissional será efetivado pelo Setor de Identificação e Registro Profissional das Unidades Descentralizadas do Ministério do Trabalho e Emprego, mediante requerimento do interessado, que poderá ser encaminhado pelo sindicato da categoria.

§ 1º O requerimento deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

I – Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, para lançamento do registro profissional;

II – cópia autenticada de documento comprobatório de atendimento aos requisitos constantes nos incisos I, II ou III do artigo 2º da Lei n.º 7.410, de 27 de novembro de 1985;

III – cópia autenticada da Carteira de Identidade (RG); e

IV – cópia autenticada do comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF).

§ 2º A autenticação das cópias dos documentos dispostos nos incisos II, III e IV poderá ser obtida mediante apresentação dos originais para conferência na Unidade Descentralizada do Ministério do Trabalho e

Emprego.

Art. 3º Permanecerão válidos os registros profissionais de técnico de segurança do trabalho emitidos pela Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT.

Art. 4º Os recursos interpostos em razão de indeferimento dos pedidos de registro pelas unidades descentralizadas serão analisados pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho – DSST, da SIT (destaquei).

No caso, o provimento mandamental pretendido consiste em assegurar o direito do Impetrante inscrever e ver expedido seu "registro profissional de Técnico em Segurança do Trabalho, independente de informações de conclusão de curso no sistema GDAE, dispensando até regularização pela instituição da presença de tal elemento no sistema, convertendo-se a medida para o meio físico, para que o autor possa atuar profissionalmente por ser manifestamente seu direito fundamental" (fl. 14e).

Portanto, o registro profissional do Técnico em Segurança do Trabalho será efetivado pelo Setor de Identificação e Registro Profissional das Unidades Descentralizadas do extinto Ministério do Trabalho e Emprego, atualmente, órgão da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia.

Ademais, eventual recurso do indeferimento serão processados perante o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, hoje também vinculada à Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia.

Assim, cumpre salientar que, em sede de mandado de segurança, falece legitimidade passiva *ad causam* ao órgão estatal apontado como coator, se este não dispuser de competência para praticar o ato reclamado; para ordenar a suspensão da deliberação questionada, ou, ainda, de autoridade para suprir a omissão indicada.

Dessa forma, não sendo o Sr. Ministro de Estado da Economia parte legítima para compor o polo passivo do *mandamus*, resta afastada a competência originária desta Corte, para o processo e julgamento do feito, nos termos do art. 105, I, b, da Constituição da República.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIDADE COATORA.

Ato do Diretor-Geral do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES não pode ser contrastado em mandado de segurança originário perante o

Superior Tribunal de Justiça, nada obstante essa autoridade seja subordinada ao Ministro da Educação; só ato praticado por este está sujeito, originariamente e nessa via, ao crivo do Tribunal.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no MS 19.563/DF, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2013, DJe 14/03/2014 - destaque meu).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. ATO IMPUGNADO DE AUTORIA DO SECRETÁRIO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. INCOMPETÊNCIA DO STJ PARA O JULGAMENTO DO WRIT OF MANDAMUS.

1. Verifica-se a ilegitimidade passiva ad causam do Sr. Ministro do Trabalho e Emprego, uma vez que compete ao Sr. Secretário das Relações de Trabalho analisar os pedidos de registro sindical, nos termos do art. 25, da Portaria n. 326, de 11/03/2013, do Ministério do Trabalho e Emprego.

2. Assim, o ato apontado como coator, consubstanciado na omissão no registro de entidade sindical, não pode ser atribuído ao Sr. Ministro de Estado, o que afasta a competência desta Corte para processar e julgar o presente mandamus, nos termos do art. 105, I, "b", da Constituição Federal.

3. Na presente hipótese, não se trata de mero erro de endereçamento do writ of mandamus, mas de constatação de indicação equivocada da autoridade impetrada e, por isso mesmo, indevida a remessa dos autos ao Juízo competente, porquanto essa providência importaria em indevida emenda à petição inicial da impetração quanto ao pólo passivo. Precedentes: AgRg no MS 12.412/DF, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 3ª Seção, DJe 17/09/2015; Dcl no AgRg no MS 15.266/DF, de minha relatoria, 1ª Seção, DJe 20/10/2010.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no MS 22.050/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2015, DJe 18/11/2015).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. INSCRIÇÃO NO FIES. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ATO LESIVO OU OMISSIVO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A competência originária do Superior Tribunal de Justiça estabelecida no art. 105, I, b, da Constituição Federal, para conhecer e julgar mandado de segurança, é de interpretação restrita, limitando-se aos casos em que houver ato omissivo ou comissivo praticado por Ministro de Estado, por Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou pelo próprio Tribunal, que seja lesivo a direito líquido e certo do impetrante.

2. Para fins de mandado de segurança, autoridade coatora é aquela que

pratica, ordena ou omite a prática do ato impugnado e tem poderes para refazê-lo.

3. No presente caso, o impetrante se insurge exclusivamente contra a impossibilidade de realizar sua inscrição no sítio eletrônico do Ministério da Educação para concorrer a uma vaga no FIES. Entretanto, não trouxe nenhuma prova pré-constituída comprovando que o Ministro de Estado da Educação tenha praticado, ou deixado de praticar algum ato ilegal ou abusivo violador de seu direito líquido e certo.

4. Agravo não provido.

(AgRg no MS 15.852/DF, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06/06/2012 - destaque meu).

Isto posto, **INDEFIRO A INICIAL** do mandado de segurança, nos termos dos arts. 10, *caput*, da Lei n. 12.016/2009; e 34, XIX e 212, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora